3 — Quando houver lugar à atenuação especial da punição por contra-ordenação, os limites máximos e mínimos da coima são reduzidos para metade.

Artigo 26.º

Interpretação casos omissos

As lacunas e as dúvidas interpretativas suscitadas na aplicação do presente Regulamento serão preenchidas ou resolvidas, na linha do seu espírito, pela Câmara Municipal.

Artigo 27.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação.

Para constar se passa o presente edital e outros de integral teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo, e se procede à sua publicação no *Diário da República*.

E eu, (*Assinatura ilegível*), chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município das Caldas da Rainha, o subscrevi.

22 de Setembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Fernando José da Costa*.

CÂMARA MUNICIPAL DE CÂMARA DE LOBOS

Aviso n.º 7965/2005 (2.ª série) — AP. — *Renovação de contrato de trabalho a termo resolutivo certo.* — Nos termos da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, torna-se público que, por despacho do dia 9 de Setembro de 2005, foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo com Lúcia Brito Alves, para exercer funções de técnica profissional de animação cultural de 2.º classe, pelo período de um ano, a contar do dia 12 de Novembro de 2005.

31 de Outubro de 2005. — O Vereador dos Recursos Humanos e Ambiente, *Leonel Calisto Correia da Silva*.

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA

Aviso n.º 7966/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 28 de Outubro do ano de 2005, renovei por mais um ano o contrato a termo certo resolutivo celebrado com Carla Helena Augusto Granjal, com a categoria de auxiliar administrativa.

28 de Outubro de 2005. — O Presidente da Câmara, *José Francisco Gomes Monteiro*.

CÂMARA MUNICIPAL DA CHAMUSCA

Aviso n.º 7967/2005 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do disposto no artigo 34.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 18 de Julho de 2005, foi celebrado um contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo prazo de um ano, com início em 25 de Julho de 2005, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com Pedro Miguel Crespo Morais Barbas, para o exercício das funções de técnico superior de 2.ª classe (área florestal), escalão 1, índice 400. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

8 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Sérgio Morais da Conceição Carrinho*.

CÂMARA MUNICIPAL DE CINFÃES

Aviso n.º 7968/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo, com fundamento na alínea i) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com Zilá Isabel Alves de Ascensão Miranda, para a categoria de professor de Inglês no 1.º ciclo do ensino básico, a ser remunerada pelo índice 126, pelo período de nove meses, com início em 17 de Outubro de 2005.

4 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Pereira Pinto*.

CÂMARA MUNICIPAL DE CORUCHE

Edital n.º 630/2005 (2.ª série) — AP. — Dionísio Simão Mendes, presidente da Câmara Municipal de Coruche, torna público que o órgão por si presidido, na sua reunião de 21 de Setembro de 2005, deliberou, por unanimidade, submeter à apreciação pública o projecto de regulamento dos campos de férias de Coruche, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo.

Para o geral conhecimento se publica este edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

26 de Setembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Dionísio Simão Mendes*.

Projecto de regulamento dos campos de férias de Coruche

O Decreto-Lei n.º 304/2003, de 9 de Dezembro, define um conjunto de regras a observar que têm como finalidade normalizar o funcionamento de campos de férias destinados a jovens e crianças, no sentido de garantir um nível elevado de segurança aos respectivos participantes.

Os campos de férias de Coruche, programas de ocupação de tempos livres de crianças e jovens com idades entre os 7 e os 18 anos, que se realizam durante as interrupções lectivas do Natal, da Páscoa e de Verão, têm tido um aumento significativo do número de participantes desde o início de funcionamento das piscinas municipais, onde parte das actividades são realizadas, em particular nas férias de Verão, com a realização do centro de férias de Verão. O elevado número de participantes que utilizam anualmente estas actividades ocupacionais acentua a necessidade de regulamentar todo o funcionamento do programa, de onde se destacam os direitos e deveres das partes envolvidas, assim como a estrutura funcional dos campos de férias de Coruche. Esta necessidade vem ao encontro do referido decreto-lei, com base no qual foi elaborado o presente regulamento.

Artigo 1.º

Objectivos

Os campos de férias têm como objectivos os seguintes aspectos:

- 1) Providenciar, nos períodos de férias escolares do Natal, da Páscoa e de Verão, uma alternativa no primeiro impacte pós-aulas, assumindo os campos de férias um carácter assistencial, que visam responder às necessidades familiares no acompanhamento das crianças e jovens durante as pausas escolares, em particular junto de extractos sociais mais desfavorecidos;
- 2) Proporcionar, na ocupação dos tempos livres das crianças e jovens, um conjunto de actividades formativas de carácter lúdico, cultural e desportivo, num ambiente educativo e recreativo;
- 3) Contribuir para o desenvolvimento de relações interpessoais nos participantes, espírito de equipa, lealdade, ética e demais valores fundamentais para o desenvolvimento humano;
- 4) Contribuir para o desenvolvimento da auto-estima, do empenhamento pessoal e do espírito de liderança, numa perspectiva de construção e consolidação de valores essenciais para o desenvolvimento humano.

Artigo 2.º

Local e período de funcionamento

1 — Os campos de férias têm como locais de funcionamento a Escola Básica 2,3 de Coruche, a Escola Secundária de Coruche, as piscinas municipais, o Pavilhão Municipal, a Ludoteca Municipal e o Centro de Informática. Outros locais, no entanto, poderão ser utilizados, conforme o plano de actividades de cada campo de férias.

2 — Os campos de férias da Páscoa e do Natal decorrem durante as respectivas interrupções lectivas, entre as 9 e as 17 horas. O campo de férias de Verão decorre durante o mês de Julho de cada ano, entre às 9 horas e as 16 horas e 30 minutos.

Artigo 3.º

Actividades

1 — Anualmente, é elaborado um plano de actividades por campo de férias, com a respectiva programação, onde constam as actividades a desenvolver e os respectivos locais onde irão decorrer.

2 — As actividades desenvolvem-se nas seguintes áreas:

- a) Recreativas (exemplo: jogos diversos, dinâmicas de grupo, . . .);
- b) Desportivas (exemplo: torneios, aprendizagem de técnicas, . . .);

- c) Culturais (exemplo: visita de interesse cultural, expressão dramática e plástica, . . .);
- d) Educativas (exemplo: actividades de interesse ambiental e comunitário, . . .).

Artigo 4.º

Condições de participação

São condições fundamentais para participar nos campos de férias:

- 1) Ser residente no concelho de Coruche;
- 2) Ter entre 7 e 13 anos, inclusive, para o campo de férias de Verão e entre 7 e 18 anos para os campos de férias da Páscoa e do Natal;
- 3) Entregar a ficha de inscrição, devidamente preenchida, nos termos e prazos que forem previamente divulgados.

Artigo 5.º

Estrutura funcional

Os campos de férias são uma organização da Câmara Municipal de Coruche, com a direcção técnica do Serviço de Desporto. A equipa técnica é a seguinte, constituída de acordo com o Decreto-Lei n.º 304/2003, de 9 de Dezembro, acrescida de um coordenador de terreno, quando se justifique:

- 1) Um coordenador geral, a quem compete a direcção geral do programa e a coordenação do plano de actividades;
- 2) Um coordenador de terreno, no caso do campo de férias de Verão, a quem compete a verificação do cumprimento do plano de actividades no terreno, o seu correcto funcionamento e o apoio aos monitores. Este coordenador de terreno funcionará sob a orientação do coordenador geral;
- 3) Um monitor para cada conjunto de seis participantes, nos casos em que a idade destes seja inferior a 10 anos;
- 4) Um monitor para cada conjunto de 10 participantes, nos casos em que a idade destes esteja compreendida entre os 10 e os 15 anos;
- 5) Um monitor para cada conjunto de 15 participantes, nos casos em que a idade destes seja superior a 15 anos.

Artigo 6.º

Formação e certificação do pessoal técnico

As habilitações e certificação do pessoal técnico estarão de acordo com o Decreto-Lei n.º 304/2003, de 9 de Dezembro.

Artigo 7.º

Direitos e deveres

Da entidade organizadora

1 — São direitos da entidade organizadora:

- a) Agir em conformidade com o regulamento interno dos campos de férias;
- b) Não aceitar a participação ou expulsar qualquer participante, em casos devidamente fundamentados e que possam colocar em risco a integridade de outros participantes ou o normal funcionamento do programa;
- c) Decidir sobre outros casos que sejam omissos no regulamento interno.

2 — São deveres da entidade organizadora:

- a) Proporcionar as condições necessárias para o bom funcionamento dos campos de férias, nos termos da legislação em vigor;
- b) Publicitar o evento por todas as freguesias, possibilitando a inscrição de todos os interessados, definindo claramente as condições de participação em cada campo;
- c) Assegurar o cumprimento integral do regulamento interno, com especial destaque para as questões de segurança e salvaguarda da integridade física dos participantes.

Do coordenador geral

1 — O coordenador geral é responsável pelo funcionamento dos campos de férias, cabendo-lhe a superintendência técnica, pedagógica e administrativa das actividades de cada campo.

2 — São direitos do coordenador geral os consignados na legislação do trabalho em vigor para a Administração Pública.

3 — São deveres do coordenador geral:

- a) Elaborar os planos de actividades e acompanhar a sua boa execução;
- b) Coordenar a acção da equipa técnica;
- c) Assegurar a realização dos campos de férias no estrito cumprimento da legislação aplicável em vigor, bem como do respectivo regulamento interno.

Do coordenador de terreno

1 — Este técnico será co-adjunto do coordenador geral, funcionando em estreita colaboração com este, de quem depende hierarquicamente.

2 — São direitos do coordenador de terreno os consignados na legislação do trabalho em vigor para a Administração Pública.

3 — São deveres do coordenador de terreno:

- a) Participar na organização das actividades do campo de férias, sendo responsável pelo cumprimento do plano de actividades no terreno, o seu correcto funcionamento e apoio aos monitores;
- b) Zelar pela prudente utilização dos equipamentos e pela boa conservação das instalações;
- c) Garantir o cumprimento das normas de saúde, higiene e segurança.

Dos monitores

1 — São direitos dos monitores os consignados na legislação do trabalho em vigor para a Administração Pública.

2 — São deveres dos monitores:

- a) Acompanhar os participantes durante o horário de funcionamento dos campos de férias;
- b) Coadjuvar o coordenador do campo na implementação e execução das actividades, segundo as suas instruções;
- c) Cumprir e assegurar o cumprimento, pelos participantes, das normas de saúde, higiene e segurança;
- d) Verificar a adequação e as condições de conservação e de segurança dos materiais a utilizar pelos participantes, bem como zelar pela manutenção dessas condições;
- e) Manter informado ou informar de imediato o coordenador sobre problemas, situações imprevistas ou alterações que tenham acontecido ou se saiba poder vir a acontecer.

Dos participantes

1 — São direitos dos participantes:

- a) Terem acesso ao serviço nas condições definidas e divulgadas publicamente pelos serviços municipais, em igualdade com outros participantes, sem discriminações de natureza sexual, religiosa, racial ou política;
- b) O acesso gratuito à fichas de inscrição e ao regulamento interno dos campos de férias, que estarão disponíveis em locais previamente divulgados para recepção das inscrições;
- c) O tratamento da informação prestada nas fichas de inscrição respeitará a legislação em vigor relativa à protecção dos dados pessoais;
- d) Serem informados atempadamente pela entidade organizadora sobre a disponibilidade de transportes municipais dos participantes para o campo de férias.

2 — São deveres dos participantes:

- a) Entregar a inscrição devidamente validada pelo respectivo encarregado de educação, acompanhada de fotocópia do bilhete de identidade do participante;
- b) No acto da inscrição, a entidade organizadora deve ser informada, por escrito ou na própria ficha de inscrição, de quaisquer condicionalismos que existam, nomeadamente quanto a cuidados especiais de saúde a observar;
- c) A deslocação para os campos de férias é da responsabilidade dos participantes. No entanto, a Câmara Municipal procurará providenciar transportes municipais no início e final do dia do campo de férias de Verão, a partir de locais onde o número de inscritos o justifique;
- d) Nos dois dias úteis que antecedem ao início do campo de férias de Verão, os participantes devem telefonar para a entidade organizadora, para obter informações sobre horários dos transportes;
- e) Todos os participantes devem cumprir o disposto no regulamento interno, bem como as instruções que lhes forem dadas pelo pessoal técnico;
- f) Os participantes não podem, em caso algum, ausentar-se do local das actividades sem a permissão do seu monitor;
- g) Em caso de indisposição, acidente, lesão ou qualquer outro tipo de problema consigo ou com qualquer colega, o participante deve avisar imediatamente o seu monitor;
- h) Proibir-se a condutas inseguras, de qualquer tipo;
- i) Evitar comportamentos inapropriados (exemplo: uso abusivo ou obsceno de linguagem, faltas injustificadas, brigas, etc.), que podem resultar na sua expulsão do programa. Em qualquer caso, os encarregados de educação serão previamente contactados;
- j) Sempre que o encarregado de educação, ou alguém por si mencionado, vá buscar o participante, deverá o monitor ser devida e atempadamente informado. A criança deverá ser

recolhida até dez minutos após o fim do programa. Exceptuam-se os casos de eventos especiais que irão causar atraso no seu final, situações em que os encarregados de educação serão avisados com antecedência;

- k) Para viagens fora do concelho, os participantes devem antecipadamente devolver as autorizações dos encarregados de educação, devidamente assinadas;
- l) Todos os participantes devem participar em todas as actividades;
- m) Os encarregados de educação que pretendam visitar o campo devem primeiro apresentar-se e solicitar permissão ao coordenador presente ou, na sua falta, ao monitor do seu educando.

Artigo 8.º

Seguro de acidentes pessoais

A entidade organizadora celebrará um contrato de seguro que abranja todos os participantes, que garanta as coberturas previstas na Portaria n.º 629/2004, de 12 de Junho.

Artigo 9.º

Omissões

Situações omissas no presente regulamento serão decididas pelo coordenador geral do campo de férias ou pelos seus superiores hierárquicos, conforme a natureza e importância do assunto.

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Aviso n.º 7969/2005 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que foram celebrados os seguintes contratos de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo do artigo 14.º do mesmo diploma e da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, que aprova o regime jurídico do contrato individual de trabalho na Administração Pública:

Nome	Categoria	Data do despacho	Início	Prazo — Meses	Remuneração — Euros
José Henriques Rodrigues Gomes Fernandes	Técnico superior de 2.ª classe de engenharia civil.	2-9-2005	10-10-2005	6	1 268,64
Liliana Sofia Gonçalves de Oliveira Azevedo . . .	Técnico superior de 2.ª classe de engenharia civil.	2-9-2005	3-10-2005	6	1 268,64
Rui Filipe do Rego Azevedo Abreu	Técnico superior de 2.ª classe de engenharia civil.	2-9-2005	3-10-2005	6	1 268,64

[Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea *g*) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

21 de Outubro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Fernando João Couto e Cepa*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA

Aviso n.º 7970/2005 (2.ª série) — AP. — Torno público que, por deliberação da Assembleia Municipal do Concelho de Estarreja de 23 de Setembro de 2005, foi aprovado o Regulamento Municipal de Venda Ambulante.

27 de Outubro de 2005. — O Presidente da Câmara, *José Eduardo Alves Valente de Matos*.

Regulamento Municipal de Venda Ambulante

Preâmbulo

A regulamentação municipal sobre o exercício da actividade de venda ambulante na área do município de Estarreja data de 1980.

Ao longo deste tempo, tem-se vindo a verificar que, na prática, tal regulamentação se reveste de uma certa exiguidade e mostra-se desajustada com a realidade, pelo que se revela de enorme importância actualizá-la e harmonizá-la com a nova legislação em vigor, clarificando e aperfeiçoando também os direitos e os deveres dos vendedores ambulantes.

Desde a vigência da regulamentação anterior verifica-se, sobretudo, uma enorme dificuldade em conjugar as disposições legais com os interesses das pessoas que exercem a actividade de venda ambulante.

CAPÍTULO I

Lei habilitante, âmbito de aplicação, definições e conceitos

Artigo 1.º

Lei habilitante

Este Regulamento tem como lei habilitante o disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, no preceituado na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 53.º e na alínea *a*) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e no Decreto-Lei n.º 122/79, de 8 de Maio, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 282/85, de 22 de Julho, 283/86, de 5 de Setembro, 399/91, de 16 de Outubro, 252/93, de 14 de Julho, e 9/2002, de 24 de Janeiro.

Artigo 2.º

Direito aplicável

1 — O exercício da actividade de venda ambulante na área do município de Estarreja regula-se pelo presente Regulamento e subsidiariamente pelo Decreto-Lei n.º 122/79, de 8 de Maio, com a redacção dada pelos Decretos-Leis n.ºs 282/85, de 22 de Julho, 283/86, de 5 de Setembro, 399/91, de 16 de Outubro, 252/93, de 14 de Julho, e 9/2002, de 24 de Janeiro.

2 — As regras processuais são reguladas, para além dos diplomas referidos no número anterior, pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro (CPA), pela Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro, com a redacção dada pela Lei n.º 4-A/2003, de 19 de Fevereiro (CPTA), e pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro.

3 — Sempre que exista revogação, substituição e ou alteração superveniente dos diplomas referidos nos números anteriores, aplicar-se-ão, com as devidas adaptações, os novos preceitos.

Artigo 3.º

Âmbito de aplicação

1 — O exercício da venda ambulante no concelho de Estarreja só pode ser exercida por pessoas devidamente autorizadas e possuidoras de um cartão próprio de vendedor ambulante.

2 — Exceptuam-se do âmbito de aplicação do presente Regulamento a distribuição domiciliária efectuada por conta de comerciantes com estabelecimento fixo, a venda de lotarias, jornais e outras publicações periódicas, bem como o exercício da actividade de feirante.

Artigo 4.º

Definições

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

- a) «Venda ambulante» a colocação de bens ou produtos a retalho, ao dispor dos consumidores, em quaisquer locais fora de estabelecimentos comerciais;
- b) «Venda ambulante em circulação» a venda de bens ou mercadorias, em circulação contínua, utilizando-se qualquer meio de transporte legalmente permitido;
- c) «Venda ambulante em locais fixos» a venda de bens ou mercadorias, em locais fixos, previamente determinados pela Câmara Municipal;
- d) «Vendedor ambulante» qualquer pessoa responsável pelo exercício da actividade de venda ambulante e que exerça a